

Impacto dos gastos orçamentários no desenvolvimento da educação pública de Vitória da Conquista – Bahia

Adriano Costa Novais¹
Weslei Gusmão Piau Santana²

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar a aplicação dos gastos orçamentários no desenvolvimento da educação pública do município de Vitória da Conquista. O referencial teórico é baseado em autores que discutem o orçamento público, a exemplo de Silva (2000) e Rocha (2008). Trata-se de um estudo do caso específico, a partir da análise do orçamento da educação, a contar dos anos 2000. A pesquisa foi realizada com os dados secundários da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista e da Secretaria de Educação do Município. Os resultados indicam que a participação relativa da educação no orçamento teve um período decrescente, saindo de 25,73%, em 2000, para 15,86%, em 2005. Mas, nos últimos anos, os valores aplicados vêm recuperando aos do início da década, chegando a 26%. Entretanto, a educação pública de Vitória da Conquista ainda está longe de ser destacada como uma educação de excelência.

Palavras-chave: Orçamento Público. Educação Pública. Gestão Orçamentária.

¹ Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), campus de Vitória da Conquista, especialista em Gestão Pública Municipal pela UESB e Gerente de Planejamento da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Campus de Vitória da Conquista. E-mail: acnabaira@hotmail.com

² Doutor em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Coordenador do Curso de Administração da UESB, Campus de Vitória da Conquista. Membro do Grupo de Pesquisa em Administração Política. E-mail: wpiau@hotmail.com

Abstract: The purpose of this article is to analyze the application of budget spending on the development of the city of Vitória da Conquista public education. The theoretical framework is based on authors discussing the public budget (SILVA, 2000; ROCHA, 2008). This is a study of the particular case, based on the analysis of the education budget from the 2000s. The survey was conducted with secondary data the Municipality of Vitória da Conquista and the Department of Education of the City. The results indicate that the relative share of the education budget had a declining period, leaving 25.73 % in 2000 to 15.86 % in 2005. But, in recent years, the values are applied to recovering the early decade, reaching around 26%. However, public education of Vitória da Conquista is still far from being highlighted as an education of excellence.

Keywords: Public Budget. Public Education. Budget Management.

Introdução

A educação é um serviço obrigatório do Estado, mas não exclusivo, sendo uma grande oportunidade de inclusão social e fundamental para o desenvolvimento socioeconômico. Conforme previsto no artigo 205 da Constituição Federal de 1988, a educação é tratada como um direito social, um direito de todos e dever do Estado e da família. Necessita ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Devido a essa importância, se torna necessária uma aplicação dos recursos de forma eficiente por parte dos entes públicos.

Diante do exposto, faz-se primordial um estudo sobre a aplicação dos recursos orçamentários na educação pública. O desenvolvimento educacional significa em uma melhoria na educação, com a redução de analfabetismo, aumento de matrículas nas escolas, diminuição das taxas de abandono, repetência e reprovação, melhoria nas condições físicas dos estabelecimentos de ensino e qualificação dos profissionais da educação (VERHINE et al., 2006, p. 247-249). Um melhor desempenho desses índices é consequência de gastos eficientes na educação pública, procurando evitar desvios e desperdícios dos recursos.

O objetivo deste artigo é observar como o município de Vitória da Conquista empregou seus recursos na educação, a partir dos anos 2000, analisando os gastos orçamentários no desenvolvimento da educação pública do município. Vitória da Conquista está localizado na microrregião do Planalto de Conquista, região Sudoeste do Estado da Bahia. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014), a população estimada do município, em 2014, é de 340.199 habitantes, sendo a terceira cidade do Estado da Bahia e o principal polo econômico da região Sudoeste do Estado, influenciando parte no Norte do estado de Minas Gerais. Para analisar como a educação pública é tratada no orçamento desse importante centro do estado da Bahia, a pesquisa utiliza-se de fontes secundárias, disponíveis nas bases estatísticas, na Prefeitura Municipal e na Secretaria de Saúde do Município.

O artigo está estruturado em cinco seções. Inicia com a delimitação e objetivo do estudo. A segunda seção discute a base conceitual. Em seguida, os procedimentos metodológicos são apresentados. As seções seguintes exibem os gastos orçamentários na educação, os índices de desenvolvimento da educação pública, a relação das despesas do governo e os indicadores educacionais e as perspectivas para a educação pública no município de Vitória da Conquista.

O Orçamento Público no Brasil

As iniciativas primárias sobre o orçamento surgiram no Brasil no período colonial, com a luta do controle orçamentário determinado pelo pacto colonial com exclusividade da metrópole sobre a colônia e a cobrança de impostos na Inconfidência Mineira, em 1789. Mas, o marco inicial do orçamento público no Brasil foi a chegada de D. João VI. Com a abertura dos Portos, foi criado o Erário Régio e instituído o Conselho da Fazenda, com o objetivo de administrar, distribuir e contabilizar os assentamentos necessários ao patrimônio real e fundos públicos do Estado do Brasil e domínios ultramarinos (SILVA, 2000).

A evolução do orçamento público no Brasil pode ser bem analisada na abordagem das constituições. Em cada constituição existe

um progresso na matéria orçamentária. Na primeira constituição, em 1824, surgem as primeiras exigências quanto à formalidade do orçamento. Ela incluía a atribuição do Ministério da Fazenda de receber, dos demais ministérios, os orçamentos relativos às despesas de suas repartições para apresentação à Câmara dos Deputados (GIACOMONI, 1994).

Na Constituição de 1891, conforme Giacconi (1994), houve importante alteração na distribuição das competências em relação ao orçamento. A elaboração passa a ser função privativa do Congresso Nacional, assim como a tomada de contas do executivo. Foi criado o Tribunal de Contas para auxiliar o congresso no controle. Já na Carta de 1934, o orçamento é tratado em uma seção própria. A classificação da despesa foi dividida em uma parte fixa e outra variável e a elaboração da proposta orçamentária é atribuída ao Poder Executivo, cabendo ao legislativo a votação do orçamento e do julgamento das contas do Presidente.

A Constituição de 1937 aborda a classificação da despesa, mediante a discriminação por itens para cada tipo de serviço, estabelecimento, departamento ou repartição. A Constituição de 1946 trata o orçamento como um tipo misto: o executivo elabora o projeto de lei e o encaminha para discussão e votação no legislativo. Em 17 de março de 1964, foi instituída a Lei 4.320 que apresenta um grande avanço na padronização dos orçamentos da União, Estados e Municípios.

A Constituição de 1967 apresenta o limite de 50% das Receitas Correntes para as despesas com pessoal, referindo-se tanto a desembolso da União, como dos Estados e também dos Municípios. Essa Constituição manteve os princípios orçamentários da Constituição de 1946, reforçada pela Lei nº. 4.320/64. Na última Constituição, a de 1988, o sistema orçamentário encontra-se fundamentado nos artigos 165 a 169. É reforçada a concepção que associa o planejamento com o orçamento, tanto que foram definidos os instrumentos de planejamento governamental, a saber, a Lei do Plano Plurianual, a Lei das Diretrizes Orçamentárias e a Lei do Orçamento Anual (BRASIL, 1988).

Em 2000, foi criada a Lei Complementar 101, Lei de Responsabilidade Fiscal, com objetivo de mostrar uma ação planejada e transparente, estabelecendo normas nas finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e prevenindo o erário público de possíveis desvios que possam acarretar despesas exorbitantes aos recursos públicos. Em síntese, o atual modelo do sistema orçamentário brasileiro é fundamentado pela Constituição Federal de 1988, em particular com lastro nos artigos 165 a 169, pelas normas da Lei 4.320/64 e pela Lei Complementar 101/2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Os instrumentos do orçamento público são espécies de leis criadas na Constituição Federal de 1988, conforme indicado no artigo 165. É composto da Lei Plurianual, Lei das Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, com suas próprias finalidades definidas na Constituição Federal. A razão para a criação destes instrumentos foi viabilizar um planejamento governamental, identificando a situação, as necessidades e os objetivos para cada ação da administração pública. Este planejamento é classificado em planejamento estratégico, visando às políticas a médio e longo prazos, e o planejamento operacional, que tem como enfoque a situação atual, mediante a identificação das necessidades diante dos recursos disponíveis (SILVA, 2000). O Plano Plurianual é um instrumento utilizado para o Planejamento Estratégico, enquanto que a Lei das Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual são empregadas no Planejamento Operacional.

Abrúcio (2007, p. 17) faz uma crítica sobre essa organização por programas. Para ele, o Plano Plurianual (PPA) tem avançado mais em termos de programação orçamentária do que nos de programação das políticas públicas – “não por acaso, o PPA, hoje, funciona mais como um OPA (orçamento plurianual)”. Entretanto, o próprio autor destaca a importância que este instrumento teve, principalmente, na utilização de indicadores e na regionalização de alguns estados.

Na visão de Giacomoni (1994), o PPA constitui numa síntese de esforços de planejamento da administração pública, orientando a elaboração dos demais planos e programas de governo e assegurando a

continuidade dos objetivos traçados, evitando que ocorram interrupções bruscas no planejamento governamental.

As políticas públicas que visam o melhor atendimento da coletividade e o bem-estar são de realização e concretização da Lei Orçamentária Anual (LOA), instrumento utilizado pelo Estado para aumentar a eficiência e a eficácia no uso dos recursos públicos. Conforme Deodato apud Rocha (2008), ela é considerado o “espelho da vida do Estado”.

De forma sintética, os instrumentos orçamentários se inserem num processo global de planejamento capaz de identificar as necessidades sociais e a valorização das quantidades de recursos disponíveis (ROCHA, 2008).

Educação e execução orçamentária – aspectos legais

Na perspectiva deste estudo, a Constituição Federal de 1988 enuncia o direito à educação como um direito social no artigo 6º; especifica a competência legislativa nos artigos 22, inciso XXIV, e 24, IX. Dedicada toda a seção I, do Capítulo III, à Educação, abrangendo dos artigos 205 aos 214. Além do regramento minucioso, a grande inovação do modelo constitucional de 1988, em relação ao direito à educação, decorre de seu caráter democrático, especialmente pela preocupação em prever instrumentos voltados para sua efetividade (RANIERI, 2000, p. 78 apud RAPOSO, 2011).

Em 20 de dezembro de 1996 foi promulgada a Lei 9.394, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, a chamada nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), revogando leis anteriores, como a Lei 4.024/61. Esse documento, juntamente com a Constituição Federal de 1988 e demais normas infraconstitucionais, conduz o atual sistema educacional do Brasil.

Conforme a Portaria do Ministério de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, Nº 42/1999, a Educação é considerada uma função na discriminação das despesas do órgão público. A mesma Portaria define

função como o maior nível de agregação das diversas áreas de despesas que competem com o setor público.

Nessa classificação, a educação é a função de número 12, dividida em subfunções. As subfunções representam uma partição da função, visando agregar determinado subconjunto de despesa do setor público. Conforme o anexo da Portaria 42, as subfunções da educação e suas nomenclaturas são: 361. Ensino Fundamental; 362. Ensino Médio; 363. Ensino Profissional; 364. Ensino Superior; 365. Educação Infantil; 366. Educação de Jovens e Adultos; e 367. Educação Especial.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 212, estabelece um percentual mínimo de gastos com a educação. Este limite também é assinalado na Lei de Diretrizes Básicas da Educação (LDB), em seu artigo 69:

A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino (BRASIL, 1988).

Analisando a origem das receitas destinadas aos gastos com a educação pública, a LDB esclarece em seu artigo 68:

Serão recursos públicos destinados à educação os originários de:
I - receita de impostos próprios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
II - receita de transferências constitucionais e outras transferências;
III - receita do salário-educação e de outras contribuições sociais;
IV - receita de incentivos fiscais;
V - outros recursos previstos em lei (BRASIL, 1996).

Ainda sobre os recursos à educação, cabe destacar que o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) foi instituído pela Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996, e regulamentado pela Lei nº 9.424, de 24 de dezembro do mesmo ano, e pelo Decreto nº 2.264, de 27 de

junho de 1997 foi implantado em 1º de janeiro de 1998. O FUNDEF é um fundo instituído em cada Estado da Federação e no Distrito Federal, cujos recursos devem ser aplicados exclusivamente na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental público e na valorização de seu magistério (Lei 9.424/1996).

O FUNDEF foi substituído pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). O FUNDEB (Lei nº 11.494/2007) terá vigência até 2.020 e atenderá, a partir do 3º ano, 47 milhões de alunos da educação básica, contemplando creche, educação infantil, ensino fundamental e médio, educação especial e educação de jovens e adultos. Para que isto ocorra, o aporte previsto pelo governo federal ao Fundo era R\$ 2 bilhões em 2007, R\$ 3 bilhões em 2008, R\$ 4,5 bilhões em 2009 e 10% do montante resultante da contribuição dos Estados e Municípios a partir de 2010 (LEITE, 2008).

Uma dificuldade do FUNDEB, conforme Semeghini (apud LEITE, 2008) é o estabelecimento de mecanismos redistributivos, como foi possível no FUNDEF, já que a educação infantil é de responsabilidade dos municípios, e o ensino médio de obrigatoriedade do estado, sendo que antes essas responsabilidades eram compartilhadas. Já o governo, conforme Leite (2008), todos os níveis da educação são favorecidos com a implantação do novo fundo, sem contar com os casos de desvios e má aplicação de verbas que aconteceram com o FUNDEF, divulgados pela imprensa, em alguns estados e municípios.

Procedimentos metodológicos

Este artigo é um estudo teórico-empírico tendo como objeto de análise o orçamento na educação de Vitória da Conquista, usando dados secundários, informados pelos órgãos diretamente envolvidos e sites oficiais. No que se refere ao tratamento dos dados, a pesquisa é considerada quantitativa. A maioria das informações foi coletada nos órgãos competentes, além da demonstração numérica, foi avaliada a consistência dos dados.

Os procedimentos utilizados na pesquisa se baseiam nos relatórios orçamentários disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, nas informações estatísticas oficiais sobre a educação municipal, disponíveis pela Secretaria Municipal de Educação, além das informações disponibilizadas nos *sites* oficiais dos órgãos responsáveis. A aplicabilidade do orçamento em uma função específica, a educação, e direcionada a uma região peculiar, o município de Vitória da Conquista.

Os dados quantitativos foram organizados em tabelas, de modo a promover melhor entendimento e facilitar a análise e interpretação dos resultados. Foram, também, estabelecidas as relações existentes entre os dados. Em todo o momento do estudo foi aberto o espaço para a interpretação dos dados, dando ênfase a uma explicação mais clara sobre a real situação que trata a informação. Em alguns momentos, essa explicação foi facilitada com a apresentação de resultados em percentuais, opção que dá um melhor entendimento da variável em estudo, além de contribuir para uma mais adequada interpretação dos dados, apresentação de análises críticas e atribuição de significados.

A participação da educação nos gastos do governo municipal de Vitória da Conquista

Em razão da importância que tem a educação no desenvolvimento socioeconômico do Estado, como, também, na capacidade de inserir um cidadão na sociedade, torna-se necessário uma aplicação dos recursos de forma eficiente por parte dos entes públicos (VERHINE et al., 2006). Deve ser dada uma prioridade a esse tipo de investimento e, em contrapartida, há igualmente uma imposição para que haja cobrança e fiscalização de toda a comunidade diante da execução destes.

A Tabela 1 mostra como o município de Vitória da Conquista empregou os recursos orçamentários na educação, a partir dos anos 2000, apresentando os valores nominais previstos e a participação da função “educação” no orçamento no período de 2000 a 2012.

Tabela 1 – Participação da Educação no Orçamento de Vitória da Conquista (2000-2012)

ANO	Valores (em R\$ 1,00)	Participação no orçamento (%)
2000	19.960.749,13	25,73
2001	22.570.988,76	23,50
2002	26.131.746,86	23,93
2003	25.326.596,63	20,37
2004	26.465.053,29	17,35
2005	33.016.749,50	15,86
2006	39.252.309,93	18,83
2007	44.925.847,89	20,15
2008	53.315.961,56	20,49
2009	71.431.163,00	23,45
2010	78.979.990,75	24,85
2011	87.398.355,24	25,46
2012	97.454.192,17	26,07

Fonte: PMVC (2012).

Verifica-se que o município de Vitória da Conquista vem aplicando uma média de 22,00% do seu orçamento na educação, isso nos últimos treze anos. Porém, cabe registrar que a participação relativa da educação no orçamento teve uma fase decrescente durante o lapso temporal de 200 a 2012, saindo de 25,73%, em 2000, para 15,86%, em 2005, uma redução de mais de 10 pontos percentuais do total do orçamento do município. Nos últimos, no período entre 2009 e 2012, os valores previstos nos gastos da educação vêm recuperando aos do início da década, chegando entre 23 e 26%. Nesta análise não se considera os efeitos da inflação no período, apenas os percentuais de participação anual do orçamento.

Os gastos do governo municipal nas subfunções e programas de educação

Comparando os anos de 2000 e 2010, verifica-se que apenas dois programas se mantêm na função “educação” no orçamento do município, quais sejam, os programas de educação fundamental e educação infantil. Entretanto, algumas ações que eram definidas em 2000, passaram a ser considerados programas no decorrer dos anos,

como é o caso da alimentação e da nutrição, uma ação do programa de educação fundamental e infantil em 2000, que passou a ser considerado como programa específico no orçamento de 2010, denominado como alimentação escolar.

A tabela 2 apresenta os programas desenvolvidos nos anos de 2000 e 2010, informando a participação de cada um deles nos gastos da função “educação” do município:

Tabela 2 – Participação dos programas nos gastos em educação

PROGRAMAS	2000	2010
Educação Fundamental	95,89	84,04
Educação Infantil	0,94	8,07
Educação Física e de desportos	0,63	-
Cultura	2,54	-
Educação de Jovens e Adultos	-	0,45
Ensino Especial	-	0,08
Alimentação escolar	-	5,81
Encargos Especiais	-	1,56

Fonte: PMVC (2012).

Observando os dados da Tabela 2, percebe uma grande predominância dos gastos da educação no ensino fundamental, e ambos os períodos. Vale destacar que em 2000, a estrutura do município tinha a educação e a cultura como uma mesma função, ambas incluídas na Secretaria de Educação e Cultura; já em 2010 educação e cultura foram separadas, assumindo cada pasta uma função distinta no orçamento municipal. Por isso, o percentual de cultura não foi registrado na função “educação” em 2010. Entretanto, a função “cultura” teve uma participação de menos de 1% do total do orçamento do município, conforme dados da Secretaria Municipal de Educação de Vitória da Conquista (SMED).

Os gastos com a educação passaram de R\$ 19.960.749,13, em 2000, para R\$ 78.979.990,75, tendo uma evolução de quase quatro vezes dos valores nominais, sendo que a participação do total do orçamento do município caiu de 25,73% para 24,85%. Observa-se também uma redução com os gastos em ensino fundamental, mesmo contando esta ainda grande predominância, sendo constatado que a prioridade da educação municipal

voltou-se à educação infantil, que galgou uma ampliação considerável no atendimento.

Conforme Leite (2008), as creches municipais, em 2000, estavam sob a administração da Secretaria do Desenvolvimento Social, com apenas a orientação e acompanhamento pedagógico de responsabilidade da Secretaria de Educação, sendo essa a explicação para o grande aumento, no município de Vitória da Conquista, do investimento no programa em educação infantil ao longo desses anos.

Também em 2000, a alimentação escolar era classificada como uma ação dos programas de educação fundamental e infantil. Nesse ano, os gastos com essa ação, segundo SMED (apud Leite, 2008), corresponderam a 9,7% do total dos recursos da função educação. Mesmo passando por um programa do orçamento, os gastos verificados em 2010 com a alimentação foram, relativamente, inferiores ao início da década. A diminuição da quantidade de alunos matriculados e do número de estabelecimentos de ensino, pode ser a explicação para essa redução no orçamento da alimentação escolar, isso, também, relacionado com as más instalações sanitárias existentes, principalmente na zona rural (LEITE, 2008).

Dentre as outras rubricas que completam o orçamento da educação, destacam-se educação de jovens e adultos e educação especial, que em 2000 não apresentava uma verba específica. A educação de jovens e adultos teve, em 2010, uma participação de 0,45% do total do orçamento da educação no município, enquanto a educação especial ficou com apenas 0,08%. Já os encargos especiais referentes às dívidas judiciais de responsabilidade da secretaria de educação foram na ordem de 1,56% do orçamento da educação, em 2010.

Indicadores educacionais da educação pública de Vitória da Conquista

Um dos objetivos deste tópico é apresentar e observar a evolução dos principais indicadores da educação no município de Vitória da Conquista. Os índices analisados foram as taxas de analfabetismo, taxa de rendimento e a avaliação sobre a posição do município no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

A Taxa de Analfabetismo é um dos principais indicadores da educação, de acordo com dados do IBGE. Na Tabela 3, observam-se as taxas de 2000 e 2010:

Tabela 3 – Taxa de Analfabetismo em Vitória da Conquista - 2000 e 2010

ANO	População	Alfabetizados (%)	Alfabetizados	Não alfabetizados (%)	Não Alfabetizados
2000	262.494	210.415	80,16	52.079	19,84
2010	306.866	261.787	85,31	45.079	14,69

Fonte: PMVC (2012).

Analisando a evolução da taxa de analfabetismo no município, a Tabela 3 demonstra que a população de Vitória da Conquista teve um aumento de quase 20%, obtendo uma evolução bem considerável no total de alfabetizados, uma ampliação de cerca de 80 para 85%. O mais interessante é que nesse período reduziu, não só os valores relativos, como também o número absoluto, do total de analfabetos. Em 2010, existiam 7 mil analfabetos a menos do que no ano de 2000, no município.

Já no que diz respeito à Taxa de Rendimento, tem-se os dados da Tabela 4, que explicitam a situação do nível fundamental com relação à aprovação, reprovação e evasão de alunos no período de 2002 a 2010, informações que, conseqüentemente, ilustram o grau de desenvolvimento do ensino no município de Vitória da Conquista:

Tabela 4 – Taxa de aprovação, reprovação, evasão e transferências, Vitória da Conquista 2002-2010 (em %).

Anos	Aprovação	Reprovação	Evasão	Transferências
2002	54,00	28,00	15,00	3,00
2003	54,00	22,00	18,00	6,00
2004	50,00	20,00	17,00	5,00
2005	73,00	14,00	7,00	6,00
2006	81,00	7,00	6,00	5,00
2007	80,00	8,00	6,00	6,00
2008	82,00	7,00	5,00	6,00
2009	66,00	24,00	5,00	5,00
2010	67,00	22,00	5,00	6,00

Fonte: PMVC (2012).

Analisando os dados, verifica-se uma redução, bem significativa, do índice de evasão no decorrer do período. No que se refere aos números de transferências, durante o período estudado, esse índice se mostrou de forma regular, sem qualquer alteração relevante, diferentemente do que aconteceu em relação às informações sobre a aprovação e reprovação dos alunos na rede pública de Vitória da Conquista. Segundo a Secretaria de Educação, no período de 2006 e 2008, a aprovação do discente acontecia de forma automática, ou seja, não havia nenhum tipo de retenção. Isto se deve ao regime de progressão automática, no qual, o aluno, dentro de cada ciclo, tinha o privilégio da promoção automática entre os anos, não sofrendo qualquer tipo de retenção quando da mudança de um ciclo para outro (ROCHA, 2008).

Em face de tal política pública, pode-se verificar, no período, o baixo índice de reprovação, entre 7 e 8% e, conseqüentemente, o elevado grau de aprovação, chegando a 82%. Entretanto, nos dois últimos anos, percebe-se a inversão do quadro, com evidência no aumento da reprovação e queda no índice de aprovação, com os dados de aprovação pouco superiores aos registrados entre 2002 e 2004, e, em contrapartida, os números absolutos auferidos são praticamente os mesmos, isso cotejando-se com os índices de reprovação.

Comparando as taxas de aprovação do município com as do Estado e do País, vê-se que os dados do município estão abaixo da média. Segundo o Ministério da Educação (BRASIL, 2014), em 2010, a taxa média de aprovação do Ensino Fundamental no Estado foi de 77,7%, já a taxa nacional foi de 86,6%.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), é um indicador de qualidade educacional que combina informações de desempenho em exames padronizados (Prova Brasil ou Saeb) – obtido pelos estudantes ao final das etapas de ensino (4^a e 8^a séries do Ensino Fundamental e 3^a série do Ensino Médio) – com informações sobre rendimento escolar, aprovação. Os dados deste índice no município de Vitória da Conquista no ensino fundamental, nos anos de 2005 a 2013, estão na Tabela 5.

Tabela 5 – IDEB – Vitória da Conquista em 2005 a 2013.

IDEB Observado e Meta.

Fases de Ensino	2005	2007	2009	2011	2013
Anos Iniciais do Ensino Fundamental:					
IDEB Observado:	3,2	3,8	2,8	3,4	3,9
Meta Projetada:	-	3,2	3,6	4,0	4,3
Anos Finais do Ensino Fundamental					
IDEB Observado:	2,4	3,4	2,5	3,2	3,2
Meta Projetada	-	2,4	2,6	3,0	3,4

Fonte: INEP (2012).

No ano de 2007, apesar de apresentar dados ainda abaixo da média nacional (anos iniciais 4,2 e anos finais 3,8), existia uma grande expectativa, pois o desempenho do IDEB tinha sido superior ao ano de 2005 e acima da média projetada. Entretanto, os dados de 2009 foram muito preocupantes para a educação municipal, pelo seu retrocesso. A oscilação do IDEB municipal foi um destaque negativo e ganhou repercussão nacional, conforme Medeiros (2011), pois em uma pesquisa realizada e publicada pela revista *VEJA*, Vitória da Conquista registrou o pior índice do IDEB em 2009, num estudo realizado com 106 cidades que possuem mais de 200.000 habitantes do país.

Nas avaliações seguintes, os indicadores do IDEB no Ensino Fundamental, nos anos de 2011 e 2013, demonstram um avanço nos anos iniciais e uma estabilização nos anos finais, ainda abaixo da meta projetada para o município em 2013. Comparando com os indicadores estaduais e nacionais, ainda de 2013, o IDEB municipal está abaixo da média do Estado da Bahia (anos iniciais 4,3 e anos finais 3,4) e da média nacional (anos iniciais 4,9 e anos finais 3,8), dados que indicam a necessidade de melhoria nas duas fases de ensino, diante da posição econômica e social de Vitória da Conquista.

Para Medeiros (2011), crianças ingressam no primeiro ano do ensino fundamental da rede pública sem reconhecer letras, números ou mesmo o nome das cores. Além disso, chegam ao terceiro ano com boa parte dos alunos sem estar alfabetizados. Esse resultado é fruto dos problemas de fluxo escolar e dos abandonos, também observado nos demais índices.

Os principais índices nos níveis de educação

Para uma melhor compreensão sobre o desenvolvimento da educação no município de Vitória da Conquista, sugere-se uma demonstração da evolução dos índices que analisam o sistema formal da educação. Entende-se por sistema formal da educação os dados referentes às matrículas, à rede física de ensino e sobre os profissionais da educação, em especial, os docentes.

Quanto às matrículas, a Tabela 6 apresenta os números entre 2000 e 2010, na rede municipal de ensino, observando as zonas urbana e rural.

Tabela 6 – Matrículas na rede municipal de ensino (2000-2010)

ANO	Zona Urbana	Zona Rural	Total
2000	19.893	18.814	38.707
2001	20.179	17.315	37.494
2002	21.161	17.941	39.102
2003	21.471	18.716	40.187
2004	20.500	18.420	38.920
2005	21.693	18.969	40.662
2006	21.847	17.883	39.730
2007	19.959	18.406	38.365
2008	21.847	17.883	39.730
2009	23.350	15.410	38.760
2010	23.107	14.587	37.694

Fonte: PMVC (2012).

Percebe-se que na zona rural houve uma redução do total de matriculados no período, em torno de 22%, com uma média de decréscimo anual de 2,2%. Já na zona urbana, o processo é inverso, havia 19.893 matriculados, em 2000, chegando a 23.107 no ano de 2010, um aumento de 14% da quantidade de alunos matriculados ao longo dos 10 anos. Ao se analisar o total das matrículas, os dados demonstram um aumento até o ano de 2003, sendo que em seguida, o efeito é contrário, com redução gradativa, chegando a 2010 com menos alunos matriculados do que em 2000.

Para a qualidade do ensino é fundamental que os estabelecimentos de ensino possuam uma estrutura adequada, seja em termos de laboratórios, bibliotecas, computadores com programas atualizados, entre outros meios apropriados e aptos a influenciar de forma significativa a educação dos estudantes.

Nesse sentido, Medeiros (2011) aponta esse como um grave problema na educação de Vitória da Conquista, sopesando que a estrutura física das escolas é muito precária. Segundo o aludido autor, *verbis*, “Em dias de sol intenso, as salas de aula se transformam em fornos. Na estação chuvosa, o barulho da água no telhado impede que os alunos ouçam o professor” (p. 151).

Em contraponto, a secretaria de educação informa que foram instaladas salas de Recursos Multifuncionais nas Escolas, devidamente equipadas, com profissionais para atender as crianças com necessidades educacionais especiais, em várias escolas do município, inclusive na zona rural (MORAES NETO, 2012). Outro aspecto a se considerar é a evolução na renda da população local e o resultante aumento da classe média, durante os anos 2000, criando a possibilidades de migração para rede particular.

A tabela 7 mostra a evolução dos estabelecimentos de ensino na rede municipal de Vitória da Conquista, no período de 2000 a 2010:

Tabela 7 – Quantidade de escolas na rede municipal de ensino (2000-2010)

ANO	Zona Urbana	Zona Rural
2000	32	192
2001	31	188
2002	33	178
2003	32	171
2004	32	170
2005	33	169
2006	35	167
2007	36	153
2008	38	141
2009	38	144
2010	38	144

Fonte: PMVC (2012).

Fazendo uma comparação entre a evolução na quantidade de matrículas e do número de estabelecimentos de ensino, observa-se uma relação direta, tanto na zona rural como na zona urbana.

Entre os anos de 2000 e 2010, foram criados mais seis estabelecimentos de ensino na zona urbana, sendo que o total de matriculados subiu, no mesmo período, cerca de 14%. Na zona rural ocorreu o inverso, reduziu bastante o número de locais de ensino, restando tão somente 48 estabelecimentos, para uma queda, também considerada significativa, de 22% do total de alunos matriculados. Uma explicação para esse fato é a existência de um número muito grande de escolas isoladas, com poucas ou apenas uma sala de aula. No momento em que a capacidade inicial é atendida, a escola fica ociosa e é fechada. Na tentativa de solucionar esse problema, tem-se a alternativa de implantação de escolas pré-moldadas, que facilita o transporte do prédio escolar para outra localidade mais atrativa e que justifique a manutenção da escola (LEITE, 2008).

Quanto ao número de professores na rede municipal de Vitória da Conquista, segundo Rocha (2008), em 2007 existiam 1.185 professores, sendo 656 atuando na zona urbana e 516 na zona rural. Entre 2002 e 2007 houve um aumento de apenas 9% do total de docentes na rede municipal de ensino.

Um dos aspectos negativos que a educação municipal apresenta é a qualidade na formação dos professores. Dos 1.185 docentes em 2007, apenas 20,59% tinham curso superior. Com qualificação em curso de pós-graduação, esses números têm um pequeno aumento, chegando a 22,53%. Entretanto, dos elementos auferidos, tem-se como o mais preocupante a indicação de que mais da metade dos professores da rede municipal, em 2007, ainda não possuíam nível superior, precisamente, 56,88% do total de docentes da rede municipal (ROCHA, 2008).

Outra importante preocupação que se tem com relação aos professores, diz respeito à questão salarial, revelando-se que não é por acaso que nos últimos anos foram vistos vários movimentos sindicalistas, principalmente de ordem grevista. Além da causa salarial, os professores

reivindicam melhores condições de ensino, com destinação de mais recursos para a educação pública municipal.

Relação das despesas do governo e os indicadores educacionais

Entende-se que quanto maiores os gastos com a educação pública, maior o nível de qualidade. Entretanto, pode-se conseguir alcançar uma educação com valores qualitativos mas com baixos custos. O que caracteriza o desenvolvimento da educação pública são a eficiência e a maneira em que se aplica o recurso, que devem ter o objetivo de buscar serviços de qualidade e que atendam positivamente o desempenho dos alunos.

O município de Vitória da Conquista apresentou, durante a primeira década do século XXI, uma redução da previsão de seus gastos em educação, saindo de um percentual de 25,73 no ano de 2000, chegando até 15,86% em 2005, apontando, assim, uma queda em torno de 10% do total estimado do orçamento. O reflexo dessa queda da participação da educação no orçamento municipal pode ser verificado na redução de escolas nesse período, principalmente na zona rural, e o baixo desempenho no IDEB, ressaltando que 2005 foi o primeiro ano de avaliação do índice.

A partir de 2005, a participação da educação no orçamento teve uma melhora, como aconteceu nos anos de 2009 e 2010, chegando a 23,5% e 24,85%, respectivamente, mesmo assim, apresentou números abaixo ao registrado no início da década. Entretanto, mesmo com essa evolução, continuaram diminuindo a quantidade de escolas, e, mais uma vez, a zona rural foi a mais afetada. Observa-se, também, uma redução significativa na quantidade de alunos matriculados e nos índices de rendimento escolar, que apresentaram resultados negativos, inclusive com redução da taxa de aprovação e aumento da reprovação, isso entre 2007 e 2010.

Sobre as oscilações do IDEB, constata-se um avanço em 2007, seguido por baixos resultados em 2009, porém apresentando números

abaixo da média do Estado e do País, sendo considerado o pior índice auferido entre as cidades brasileiras acima de 200.000 habitantes, conforme Medeiros (2011). A secretaria de educação, como resposta, avalia que houve algumas irregularidades na aplicação das provas de avaliação do IDEB e, em contraponto, indica várias escolas do município que tiveram bons aproveitamentos, a exemplo da Escola Municipal Tia Zefa, com nota de 5,1; da Escola Municipal Irmã Barbosa, com pontuação de 4.0; da Escola Eurípedes Peri Rosa – Bate-Pé, com 3.8; da Escola Euclides da Cunha – São Sebastião, com nota de 3.6, entre outras (MORAES NETO, 2012). Entretanto, verifica-se uma melhoria neste índice no ano de 2013, tanto nas séries iniciais como nos anos finais do ensino fundamental, mas abaixo das médias nacionais.

Dentre os indicadores analisados, pode se observar uma evolução significativa na taxa de analfabetismo, no que se refere à sua erradicação. Todavia, comparando-se esse índice do município com o do estado da Bahia, verifica-se um desempenho menor, pois no estado a taxa de analfabetismo em 2000 era de 24,25% passando para 17,62% no ano 2013, uma redução de quase 7 pontos percentuais, enquanto que no município de Vitória da Conquista essa queda chegou apenas a 5%, conforme dados do IBGE.

Já com as taxas de rendimento não foram observados nenhum tipo de melhoria nos últimos anos. Isto aponta que boa parte dos alunos detém as competências mínimas esperadas para as séries de conclusão, revelando que a população ainda não está recebendo uma educação de qualidade.

O aumento significativo da taxa de reprovação, que chegou a 24% e 22%, nos anos de 2009 e 2010, respectivamente, segundo dados da Secretaria de Educação, demonstra os graves efeitos de distorção série-idade, que provoca grande concentração de alunos no ensino fundamental, com elevados índices de reprovação e repetência (VERHINE et al., 2006). O que se depreende é que o acesso não deve ser buscado apenas garantir a evolução das matrículas, mas também para oferecer as mínimas condições de aprendizagem, influenciando de forma positiva a permanência do aluno na escola.

Conforme Luckesi (2000 apud VERHINE et al., 2006), para que a escolarização concretize de fato num patamar de qualidade é necessário que o aluno tenha acesso à escola, nela permaneça e durante a permanência, aprenda. Neste sentido, o município apresenta, ainda, inúmeros problemas, desde a permanência e o aprendizado, que pode ser justificada por deficiências na infraestrutura e na capacitação do corpo docente.

Perspectivas para a educação pública em Vitória da Conquista

Analisando os gastos do governo na educação a partir de 2013, verifica-se que no orçamento para o referido ano, foram previstos, para serem gastos com a educação, o montante de R\$ 110.667.275,92 (cento e dez milhões, seiscentos e sessenta e sete mil, duzentos e setenta e cinco reais e noventa e dois centavos), valor que representa 25,00% do total das despesas previstas do governo municipal no ano (PMVC, 2012).

No orçamento para o ano de 2014, a previsão é de uma participação relativamente maior, posto que a quantia destinada representa 24,76% do total do orçamento a ser gasto com a educação. Entretanto, espera-se que esses recursos sejam gastos de maneira mais eficiente, que reflitam em melhorias nos problemas encontrados ao longo do trabalho, com mais investimento na qualidade do ensino, capacitando os profissionais, reduzindo o número de reprovações e melhorando a infraestrutura dos estabelecimentos de ensino, uma vez que a educação deve ser uma questão estratégica de desenvolvimento na gestão do município.

O Plano Plurianual 2010-2013, conforme fixado na Lei Municipal n. 1.670/2009, teve como previsão um investimento em média de 24,33% do total dos recursos na educação. Entretanto, do total dos recursos gastos na educação no período, em média, 64% foram destinados a pagamento de pessoal e encargos sociais, sendo apenas 27% para gastos com manutenção e investimento no desenvolvimento do ensino (VITÓRIA DA CONQUISTA, 2012).

Dentre os principais programas inseridos no PPA, destaca-se o desenvolvimento no Ensino Fundamental, a modernização e o reordenamento da rede de ensino e a alimentação escolar, conforme pode-se visualizar na Tabela 8, que também apresenta os demais programas desenvolvidos na educação para o período do plano.

Tabela 8 – Programas na educação do PPA (2010-2013)

Programas	Participação nos gastos da educação (%)
Desenvolvimento no ensino fundamental	27,59
Atendimento ao estudante e transporte escolar	0,08
Inovação e tecnologias educacionais	0,03
Modernização e reordenamento da rede de ensino	24,04
Desenvolvimento da Educação Infantil	0,26
Desenvolvimento da Educação Especial	0,43
Alimentação escolar	47,56

Fonte: PMVC (2012).

O desenvolvimento no ensino fundamental é uma das principais preocupações do governo municipal. Diante disso, torna-se importante conhecer as ações desse programa, para, assim, compreender a destinação e aplicação dos 27,59% nos gastos da educação no PPA. Dentre as ações que tiveram mais destaques no programa do desenvolvimento no ensino fundamental estão: a ampliação da aprendizagem, com 87% dos recursos; a aquisição de materiais pedagógicos e acervo escolar, com 6%; e a capacitação de profissionais da educação, com 4% do total de recursos previstos para esse programa (VITÓRIA DA CONQUISTA, 2012).

Com os gastos previstos na capacitação dos profissionais da educação, o governo deve ter, também, o compromisso com a formulação de políticas públicas de afirmação do trabalho dos docentes e dos demais servidores, priorizando melhores salários e condições de trabalho.

O programa de alimentação escolar obteve a maior participação entre os gastos com a educação, o que mostra a preocupação do município com a qualidade da alimentação dos alunos na escola. Ademais, tais

informações revelam que, conforme o que foi previsto no PPA 2010-2013, a descentralização e a modernização da gestão de alimentação escolar foram ações que notoriamente se destacaram neste programa.

A Secretaria de Educação apresenta uma evolução nas taxa de rendimento a partir de 2011. Conforme a SMED, a taxa de aprovação, em 2011, chegou a 72%, 72,6% em 2012 e 74,3% em 2013. A taxa de reprovação, por sua vez, caiu para 19%, em 2011, e, apesar de representar um índice alto, é o melhor desempenho desde o período do avanço automático, de 2006 a 2008. Também em 2011, as taxas de evasão e transferências se mantiveram nos mesmos patamares dos anos anteriores, entre 4% e 5%, respectivamente.

Em 2011, a quantidade de matrículas na rede municipal seguiu o mesmo cenário dos anos anteriores, com aumento nas matrículas na zona urbana e redução na zona rural. Segundo a Secretaria de Educação, na zona urbana foram matriculados 23.494 alunos, um aumento de quase 2% em relação ao ano de 2010. Já na zona rural, o total de matrículas reduziu de 14.587, em 2010 para 14.379, no ano de 2011, cerca de 1% a menos no período. No total das matrículas do município houve um pequeno aumento, em relação ao ano anterior, de 37.694 para 37.873 (PMVC, 2012).

Outra questão que merece importância no intuito de aperfeiçoar o desempenho na aprendizagem é a infraestrutura das escolas. Deve-se ampliar o espaço físico, disponibilizar materiais de qualidade e ofertar mais bibliotecas e laboratórios para estudos. Diante dessas necessidades, o governo prevê um investimento de 3% em inovação e tecnologias educacionais, além dos gastos previstos em ações, que estão inseridas nos demais programas, com aquisições de materiais, equipamentos e veículos, construção, ampliação e reformas de unidades escolares e expansão da rede escolar (PMVC, 2012).

Importante ressaltar que as críticas que foram feitas à educação do município pela Revista VEJA concentraram-se na qualidade do ensino, na estrutura física e no desempenho no IDEB. Cabe registrar que, mesmo compreendendo que a resposta da secretaria da educação seja consistente,

é interessante analisar os dados, numa perspectiva de reverter essa situação e verificar eficiência nos gastos previstos pelo PPA.

Segundo Ioschpe apud Medeiros (2011, p. 151) “a melhora só acontece com uma boa gestão, definição de objetivos e capacitação de professores”. É salutar igualmente registrar que todos os problemas citados no presente estudo estão contemplados no PPA, e o entendimento é que a eficiência nos gastos previstos e a concomitante busca de soluções para as fragilidades e deficiências na educação municipal de Vitória da Conquista devem preencher prioritariamente a agenda da gestão pública, numa perspectiva do alcance progressivo de uma educação de qualidade.

Considerações finais

Este estudo teve como objetivo analisar a aplicação dos gastos orçamentários do município de Vitória da Conquista no desenvolvimento na educação pública, a partir dos anos 2000. No decorrer do estudo percebeu-se como foi a aplicação desses recursos e como se comportou a educação municipal no período estudado.

O presente estudo utilizou-se de informações apreendidas do orçamento municipal e das estatísticas divulgadas acerca da educação do município de Vitória da Conquista. A investigação utilizou-se de documentos e relatórios fornecidos pela Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista e da Secretaria Municipal de Educação. Entretanto, nos últimos anos, mais precisamente entre 2010 e 2013, algumas informações ainda não foram disponibilizadas pelos órgãos competentes, ocorrência que não impediu a compreensão da real situação da educação municipal ao longo do período.

Os dados apresentados demonstram a baixa prioridade nos gastos com educação por parte da administração municipal. Para reverter a situação atual da educação no município, os esforços vêm acontecendo, mas os resultados ainda são pouco expressivos. A educação, conforme os estudiosos analisados, deve ser visualizada como estratégia do governo, a fim de ser um meio de inclusão social e, conseqüentemente, o desenvolvimento econômico e social.

Diante das análises e dos resultados constatados, pode se entender que, até o presente momento, muito ainda tem que ser feito para melhorar a situação das escolas da rede municipal de ensino e para que se traduza uma educação pública de qualidade. De acordo com a literatura, algumas das possibilidades para reverter o atual quadro podem estar no avanço na qualidade de ensino, qualificação e melhoria nos salários dos professores, aumento nos índices de aprovação, redução nos números de reprovação e evasão e atuação mais eficiente de todos os profissionais de educação.

Em pesquisas posteriores, recomendam-se análises nas relações entre os aumentos dos recursos municipais na educação e a eficiência em seus gastos, evitando, assim, os desperdícios e, do mesmo modo, que os recursos sejam alocados de forma mais adequada. Calha registrar, por fim, que o estudo foi também esclarecedor no sentido de que a gestão pública municipal deprecia por um acompanhamento mais próximo nos estabelecimentos de ensinos, verificando seus relatórios e mecanismos de controle, evitando o mau uso dos recursos públicos.

Referências

ABRÚCIO, Fernando. Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, Edição Especial Comemorativa, 1967-2007, p. 67-86, 2007.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil (1988)*. Brasília (DF), 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 jan. 2013.

_____. *Lei de Diretrizes Básicas da Educação (LDB)*. Brasília (DF), 1996. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/ldb.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

_____. Ministério da Educação (MEC). *Informações estatísticas*. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>. Acesso em: 20 out. 2014.

GIACOMONI, J. *Orçamento público*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Dados Estatísticos*. 2014. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 16 out. 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *Índice de Desenvolvimento da Educação Básica*. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/>>. Acesso em: 15 mar. 2013.

LEITE, M. I. P. de A. *Avaliação e financiamento de políticas públicas em educação: estudo do FUNDEF na rede municipal de ensino de Vitória da Conquista*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2008.

MEDEIROS, J. Aos pequenos com carinho. *VEJA*, Rio de Janeiro: Editora Abril, n. 2.241, p. 150-151, nov. 2011.

MORAES NETO, C. F. de. *Equívocos da revista VEJA sobre a Educação Básica em Vitória da Conquista*. Vitória da Conquista: Secretaria Municipal de Educação, 2012. Disponível em: <<http://www.blogdopaulonunes.com/v3/2011/11/03/equivocos-da-revista-veja-sobre-a-educacao-basica-em-vitoria-da-conquista/>>. Acesso em: 10 abr. 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA (PMVC). Secretaria Municipal de Educação (SMED). *Dados da Coordenação Administrativa e Financeira*. Vitória da Conquista, 2012.

_____. *Dados históricos*. Disponível em: <<http://www.pmvc.com.br/v1/pmvc.php?pg=default>>. Acesso em: 20 out. 2014.

RAPOSO, G. de R. *A educação na Constituição Federal de 1988*. 2011. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6574&p=2>>. Acesso em: 22 jan. 2013

ROCHA, A. C. *Alcances do orçamento participativo nos investimentos educacionais realizados pela Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista*. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

SILVA, L. M. *Contabilidade governamental: um enfoque administrativo*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

VERHINE, R. E. et al. Bahia: por uma escola pública. In: AVENA, A. (Org.). *Bahia: temas estratégicos subsídios para a formulação de políticas públicas*. Salvador: SEPLAN, 2006. p. 347-405.

VITÓRIA DA CONQUISTA. *Lei Orgânica Municipal*. Vitória da Conquista: Câmara Municipal, 2008.

VITÓRIA DA CONQUISTA. *Lei nº 1.670/2009*. 2009.

Disponível em: <http://www.transparenciaconquista.ba.gov.br/publicacoes/1670_2009_PPA.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2012.

*Recebido em março de 2014.
Aprovado em setembro de 2014.*